

IMPREENSA: UM NEGÓCIO DOS DONOS DO QUARTO PODER

Liberdade de imprensa ou de empresa?

Página 4



A ética relativa das 'feras do mercado'

Página 5



A verdadeira democracia precisa de uma imprensa livre, o que é impossível com a mídia sendo manipulada por seis famílias que utilizam as informações como um balcão de negócios



GDF tira cem milhões de reais da educação

O GDF aprovou na Câmara Legislativa uma lei que retirou R\$ 100 milhões da educação. A bancada governista votou a favor e garantiu o projeto do governo.

Esse dinheiro será utilizado em publicidade do governo, propaganda e em outras áreas, com perdas apenas para o ensino público.

Logo depois do anúncio

oficial, o Sinpro colocou na televisão um clip criticando o governo, já que existem várias escolas caindo aos pedaços, falta material escolar, existem alunos sem escolas e tudo mais que já sabemos de cor.

Alunos da rede pública fizeram manifestação na rampa que dá acesso à Câmara Legislativa em protesto contra esse ataque à educação. No Paranoá, mais de

mil estudantes, com apoio do sindicato, fizeram manifestação de repúdio à 'iniciativa' do governo.

Mais incrível ainda é a desfaçatez do GDF em voltar à tv com propaganda - paga com dinheiro da educação, para afirmar que investe mais no setor do que o determinado pela Constituição. Um jogo contábil apenas para enganar quem ainda acredita neste governo.

Sinpro nas Praças

No próximo dia 23 de agosto acontecerá o segundo *Sinpro nas Praças*, um amplo evento cultural organizado e promovido pelo Secretariado de Cultura do Sindicato dos Professores.

O *Sinpro nas Praças* tem por objetivo fomentar a produção cultural no Distrito Federal. Já foi realizado o primeiro da série no

Paranoá, com amplo sucesso. São mostras culturais de todas as matizes, com mostras de trabalhos de pinturas, bancas de livros, apresentações de poesia e muita música, sem restrição de estilos, do hip hop ao samba, reagee etc., aberto a participação de todos.

A edição do dia 23 acontecerá no Gama, na praça do

cine Itapoã.

O *Sinpro* também está organizando o *Saras Cultural*. Veja as datas das próximas apresentações:

Guará - 12 de agosto
Planaltina - 9 de setembro
Recanto das Emas - 7 de outubro
Brazlândia - 11 de novembro

Arraiá do Sinpro foi um sucesso



O Sindicato realizou em junho a já tradicional Festa Junina na Chácara do Professor, com quadrilha e muita animação ao som do melhor forró pé-de-serra. Quem compareceu não se arrependeu e curtiu uma bela noite de festa!

Os donos da mídia

Antes de estourar a crise política, com a denúncia da corrupção nos Correios envolvendo o presidente do PTB, deputado Roberto Jeferson, a direção do Quadro Negro já havia definido como matéria de capa desta edição a imprensa brasileira, seu comportamento, interesses e o que está por trás da "notícia". O objetivo era debater a mídia em geral, tanto conhecida como o Quarto Poder, devido à influência que exerce sobre a sociedade, governo, demais poderes da República etc.

Constatamos que a imprensa brasileira encontra-se nas mãos de seis famílias: os Civita, que tem como carro-chefe a revista *Veja*; os Marinho, das Organizações Globo; os Frias, da Folha de São Paulo; os Mesquita, do Estado de São Paulo; e os herdeiros de Assis Chateaubriand, dos Diários Associados. É uma verdadeira oligarquia que detém a comunicação em nosso país a seu bel-prazer.

Entenda-se mídia como jornais, rádios, televisões, revistas, sites da internet etc.

Essas seis famílias dominam as informações, notícias, atividades culturais e tudo mais que nos chegam. É um pensamento único, dominado pelos interesses dessas famílias, todas atualmente muito ricas, já que a mídia em nosso país é um negócio. E negócio visa lucro.

Diante da lógica do lucro, as informações não primam pelo compromisso com a verdade. Ao contrário, o famoso episódio do Jornal Nacional, da TV Globo, logo após o debate entre Lula e Collor, em 1989, é um dos melhores exemplos disso.

Da mesma maneira que não há compromisso com a verdade, não é praticado o verdadeiro jornalismo, aquele que tem como premissa "o ouvir o outro lado". Um exemplo? A cobertura jornalística sobre a Economia. Em todos os meios de

comunicação da chamada 'grande imprensa' permeia uma visão monetarista da economia. Ora, desde os anos 50 o economista, professor e ex-ministro Celso Furtado encabeçou uma outra corrente de pensamento econômico, a chamada corrente estruturalista, que se contrapõe ao monetarismo e tem figuras de expressão, como a ex-deputada Maria da Conceição, o ex-reitor da UFRJ e ex-presidente do BNDES Carlos Lessa, entre tantos outros. Mas como o monetarismo é de interesse do grande capital, o aliado das seis famílias, não se ouve uma única palavra ou se lê uma linha em desacordo.

O episódio da revista *Veja*, que comemorou a queda do presidente Hugo Chávez na Venezuela, destituído em um golpe arquitetado pela direita daqueles países em conluio com agentes da CIA, é outro ilustrativo dos caminhos adotados pela 'imprensa'. Ocorrido há cerca de dois anos, até hoje não mereceu da revista uma 'mea culpa' — até mesmo porque Chávez voltou ao poder menos de 48 horas depois do golpe, mas já depois da revista ter ido às bancas.

Na mesma rota do lucro está o lado ideológico do conceito de imprensa e informação. Assim, a democracia dos Estados Unidos é vendida como exemplo para todo o planeta, apesar de lá a eleição presidencial ser indireta, e somente dois partidos se revezaram no poder desde o século XVIII. Até hoje as acusações de fraude eleitoral contra Bush nunca foram apuradas. Ou seja, o poder dominante é a verdadeira democracia, todos aqueles que dele divergem são tidos como baderneiros, ditadores, autoritários e por aí vai.

Os casos de conluio da mídia com os poderosos são muitos ao longo da história. Cabe a cada um de nós, com sua consciência, distinguir o joio do trigo.

Cartas para a redação:

Endereços para correspondência:

Sede: Setor Comercial Sul, Quadra 3, Bloco A, nº 107/111 - CEP: 70.300-500 - Brasília-DF.

A/C da Secretaria de Imprensa

Fax: 3218-5631

e-mail: imprensa@sinprodf.org.br

Sinpro-DF: sede: SCS, Quadra 3, Bloco A, nº 107/111 - CEP: 70.300-500 - Brasília-DF
Tel.: 218-5601 / **Fax:** 3218-5607 (Organização), 3218-5631 (Imprensa), 3218-5619 (Jurídico)
Subsede em Taguatinga: CNB 4, lote 3, loja 1. **Tel/fax:** 3562-4856 e 3562-2780
Subsede no Gama: SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106. **Tel/fax:** 3556-9105
Site: www.sinprodf.org.br
e-mail: imprensa@sinprodf.org.br
Secretaria de Imprensa: Lisboa, Nonato e Valesca
Jornalistas: Afonso Costa e Junia Lara
Fotografia: Welber Souza - **Diagramação:** Wellington Braga e Eduardo Gregório
Impressão: Gráfica Plano Piloto - **Tiragem:** 35.000 exemplares
Distribuição gratuita. Permitida a reprodução desde que citada a fonte
 Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores

As duas faces do Correio Braziliense

atrocidades.

Nasce daí uma relação de cumplicidade da quase totalidade da imprensa brasileira com o poder. Como qualquer cumplicidade, essa se deu também com troca de favores. De um lado o financiamento a juros abaixo do mercado e maciça publicidade oficial. Do outro e como contra partida, a mídia protegeu o regime diante da opinião pública, negligenciando o direito à informação com autocensura, vistas grossas e submissão.

Passado o regime, a tática continuou e sua eficácia foi demonstrada no governo Sarney que superou-se nos escândalos de

norte a sul, enquanto a imprensa se alimentou apenas de evidências. Se não silenciou, também não se utilizou da prosaica liberdade de opinião para denunciar, defender, e nem para fazer valer o interesse do público.

Na recente década de noventa, vimos várias "Tribuna da Imprensa" atuarem. Uníssonas fizeram um presidente, conduzindo ao poder um homem com poucos atributos para tal. Era o que estava ao alcance dos interesses das nossas elites. Para capitanear o barco da insensatez, destacou-se toda a mídia, e com especial vigor, a imprensa de todos os cantos do país. Forjaram um candidato, fizeram-no presidente e afastaram-no do poder aos ventos de sua conveniência.

A imprensa, numa flagrante contradição, esteve na linha de frente nos três momentos decisivos. Fez valer seu papel e mais que nunca, reorientou suas ações de interferência no poder político. Foi tão claro e cristalino esse comportamento que o mais desastroso de todos os governos republicanos ficou protegido pela mídia durante oito anos de mandato. Os escândalos políticos e os prejuízos econômicos do governo FHC não foram motivos sufici-

entes para a imprensa se arvorar pela ética ou levantar a bandeira contra a corrupção.

Ao contrário de seu antecessor, o governo atual sofre ataques de todos os lados e a todo o momento. Basta que um órgão de imprensa apresente aquilo que é visto como novidade, os demais o sequeuem numa coreografia monotemática e de dimensões ditadas pelo ritmo de cada interessado. Nesse aspecto, o *Correio Braziliense* mais parece a velha *Tribuna da Imprensa*.

Respeitadas algumas diferenças, sobretudo históricas, esse jornal tem se dedicado a criar imagens e a divulgar mensagens de agravo ao governo Lula. Visto por alguém que não o conhece, esse diria ser um jornal comprometido com o país, com nossos valores e com uma ordem pública menos corrompida pelos vícios e arranjos da prática política nacional.

Mas o *Correio Braziliense* não é isso. Sua postura diante do governo federal não é a mesma demonstrada em relação ao governo local. Talvez por dependência dos valores da publicidade tão decisivos em seu faturamento e, certamente, por inconfessáveis interesses outros, silencia diante da lama que cobre as sedes da administração pública local.

O *Correio* "não vê" por exemplo, as motivações e tampouco divulga as "novidades" encontradas pela CPI da Educação e pela CPI da Saúde aqui no DF. Não acena para um possível afastamento de um governador que responde a sessenta e um processos judiciais. Sem nenhuma cerimônia, o *Correio* silencia diante de qualquer fato relevante que possa comprometer

ter o governo local, seja ele do momento, seja do passado recente.

Superfaturamento de serviços, clientelismo em todos os setores, solidariedade à corrupção através do Instituto Candango de Solidariedade - ICS, envolvimento com a contravenção para se eleger em 1998 e tantos outros esquemas, não são motivos noticiosos para o *Correio Braziliense*. A bandeira que é levantada contra

a possível corrupção no governo federal é cinicamente arriada se o assunto disser respeito aos limites do seu terreno.

É de direito qualquer órgão de imprensa fazer sua opção política, defender essa ou aquela idéia. Mas é um acinte esse jornal silenciar diante de tanta corrupção do governo local e de não levar em conta, sequer, a necessidade de seus leitores em acompanharem a administração pública da qual fazem parte, direta ou indiretamente.

Num flagrante comportamento de quem se vendeu a um grupo político, o *Correio* fecha os olhos para os escândalos do governo local. Por isso, ética, moral e lisura nos negócios públicos não lhes interessa.

Todavia, com os olhos voltados para o governo federal, o *Correio* age como moralizador, como defensor do bem público e intransigente protetor das liberdades democráticas, sobretudo, da liberdade de expressão.

Com esse discurso moralista de mão única, o *Correio* quer se fazer entender como veículo comprometido com o que é público, mas carrega idéias tendenciosas e caprichosamente levianas para incutir na consciência popular que o governo federal é só corrupção.

Entre as verdades e as mentiras sobre a crise do Governo Federal, se é autêntica ou produzida, vale suspeitar de quem, ora é a corrupção de uma maneira, ora enxerga de modo diferente.

O governo atual sofre ataques de todos os lados, como uma coreografia monotemática

O Correio Braziliense fecha os olhos a todos os escândalos do governo local

O Sr. Carlos Lacerda tornou-se um exemplo histórico da vanguarda do atraso

Diretoria Colegiada do Sindicato dos Professores no DF

Adalberto Duarte de Oliveira
 Andreia Cristina Souza
 Antonio Ahmad Usuf Dames
 Antônio de Lisboa A. Vale
 Berenice Darc Jacinto
 Carlos Antoneto de S. Lima
 César Santos Ferreira
 Cláudia de Oliveira Bullos
 Cláudia M. Amaral de Souza
 Cleber Ribeiro Soares
 Denilson Bento da Costa
 Francis F. Fernandes
 Francisco Barbosa

Francisco Joaquim Alves
 Gilza Lúcia Camilo Ricardo
 Ilson Veloso Bernardo
 Isabel Portuêz de S. Felipe
 Izac Antônio de Oliveira
 Jalma Fernandes de Queiroz
 José Antônio Gomes Coelho
 José Norberto Calixto
 José Raimundo S. Oliveira
 Lânia Maria Alves Pinheiro
 Márcia Gilda Moreira
 Marco Aurélio G. Rodrigues
 Maria Augusta Ribeiro

Maria Bernadete D. da Silva
 Maria José Correia Muniz
 Misael dos Santos Barreto
 Nazira Clotilde da Silva
 Nelson Moreira Sobrinho
 Raimundo Nonato Menezes
 Rejane Guimarães Pitanga
 Robson de Paiva Salazar
 Rodrigo Pereira de Paula
 Sebastião Honório dos Reis
 Valdenice de Oliveira
 Valesca Rodrigues Leão
 Washington Luis D. Gomes

A terceirização dos serviços de limpeza e segurança das escolas pública é boa?

A imprensa divulgou recentemente a intenção do Governo do Distrito Federal de terceirizar os serviços de limpeza e segurança das escolas públicas. A diretoria do Sinpro, totalmente contrária a qualquer tipo de terceirização nas escolas, pediu a dois parlamentares para comentarem o tema. Afinal, é importante saber a posição dos deputados acerca da questão, uma vez que o projeto, caso apresentado, teria que ser discutido na Câmara Legislativa.

SIM A vantagem da terceirização

Eliana Pedrosa – deputada distrital (PFL)

Se eu pudesse deixar algum presente a você, deixaria o respeito àquilo que é indispensável: Além do pão, o trabalho. Além do trabalho, a ação. E a capacidade de escolher novos rumos!
Mahatma Gandhi

A partir dos anos 80 o mundo começou a vivenciar uma verdadeira revolução nas relações trabalhistas. Com a globalização, as empresas precisavam buscar agilidade e competitividade. O Estado, por sua vez, não poderia ficar à deriva, precisava acompanhar os novos tempos, ao mesmo tempo em que teria de garantir, entre outros serviços essenciais, o professor na sala de aula, o policial

nas ruas e o médico no hospital. Para melhor desincumbir-se dessas tarefas que são atividades – fim e, com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, geralmente emperrada, procurou desobrigar-se da realização material das atividades de apoio. Surge então a terceirização para essas tarefas, as chamadas atividades - meio.

No Brasil, a terceirização foi impulsionada na década de 90 quando o desemprego e a inflação atingiram níveis insuportáveis. As carreiras no serviço público estavam desprestigiadas e o funcionalismo desmotivado. Enquanto isso, para a população de mais baixa renda e escolaridade não havia a

menor chance de ingressar no serviço público, uma vez que teriam que concorrer com candidatos de nível superior. Os serviços de vigilância, operação de equipamentos, conservação e limpeza foram as primeiras atividades a serem contratadas pelos órgãos públicos por meio da terceirização.

A terceirização surge nos anos 90, quando o desemprego e a inflação atingiram níveis insuportáveis

Hoje, conforme o Acórdão nº 1815, aprovado pelo Tribunal de Contas da União, já são 18 os serviços de apoio que administração pública direta e indireta podem contratar por meio de empresas prestadoras de serviço. Com a terceirização da atividade meio, o Estado pode investir na qualidade dos serviços prestados à população bem como nos planos

de carreira do servidor público.

Atualmente, temos cerca de cinco milhões de pessoas trabalhando como terceirizados no país e a grande vantagem é que essas pessoas estão na economia formal. Por meio da terceirização empregam-se tanto pessoas que geralmente estão fora do mercado de trabalho por terem mais de 40 anos, bem como baixa escolaridade, quanto aqueles que, sem experiência, buscam o primeiro emprego. Esses trabalhadores contam com benefícios como férias, 13º salário, convênios médicos e vales transporte.

Poucos são os que ainda questionam os benefícios da terceirização para o país. Eficiência e concen-

tração na atividade principal, logística e recursos humanos otimizados, desburocratização e redução de custos operacionais são itens geralmente associados à terceirização em todo o mundo. Mesmo assim há aqueles que acham que terceirizar atividades de apoio nos serviços públicos significa privatizar, significa suprimir direitos de trabalhadores. Isso é puro preconceito, isso é desinformação, é atraso. De outra parte, confundem um instrumento de gestão administrativa amplamente utilizado com sucesso em vários países e que, comprovadamente, aumenta a capacidade do Estado em promover e coordenar ações coletivas,

bem como efetivar a implantação de políticas públicas, com má gestão nos contratos e intervenções que afetam a eficiência dos serviços prestados.

O regime democrático é trabalhoso, demorado e imperfeito. Mas sem sombra de dúvida ainda é o melhor. Sabemos que reformas e mudanças são muito mais lentas quando feitas no estado democrático de direito. Sabemos também que os direitos conquistados pelos servidores públicos de forma justa e inquestionável jamais lhes serão retirados. Sabemos que ainda temos que aperfeiçoar as nossas leis. Reformas assim têm de ser contínuas e corretivas. Mas, uma coisa é certa: a terceirização já faz parte da nossa realidade econômica há muitos anos. É impossível bani-la da nossa economia. Ela existe e isso é real.

Temos cinco milhões de pessoas terceirizadas no Brasil, que fazem parte da economia

NÃO Terceirização na educação é um atentado social

Deputado Distrital Chico Leite (PT-DF)

A terceirização dos serviços de limpeza, conservação e segurança das escolas Públicas do Distrito Federal que está nos planos do Governo do Distrito Federal é mais um atentado que a sociedade irá sofrer contra o princípio da igualdade e da transparência.

A terceirização acaba com o concurso público para esses setores da escola, cria um novo feudo de empresas para dominar o mercado e garante o emprego de apadrinhados políticos.

Sou contra qualquer projeto que tenha por objetivo exterminar das escolas as fi-

guras das merendeiras, serventes e vigilantes. São funções que não podem ser simplesmente entregues a empresas prestadoras de serviços, que doravante trocam os servidores em turnos a critério próprio.

Esta possibilidade, quebra o elo de uma corrente da relação de ensino que é exatamente a atenção com que o vigilante de uma determinada unidade trata a criança por estar inserido na mesma comunidade.

A terceirização acaba com o concurso público e cria um novo feudo para empresas dominarem as escolas

O mesmo raciocínio faço para a merendeira, e para a servente, que têm uma relação quase maternal com alunos, independente do turno e da faixa etária em que se encon-

tram. Hoje, a relação entre estes servidores e o GDF é aberta, sem atravessado-

Com outro tipo de gestão na relação entre o GDF e os trabalhadores passará a valer a Lei da Oferta

res. Com uma gestão terceirizada, na hora de buscarmos os seus direitos junto aos patrões, empresas sanguessugas do sistema, que já dominam várias fatias de outros setores da administração do Distrito Federal, passará a valer a Lei da oferta e da procura, e como vivemos em um mundo que o desemprego é o grande mal social, o empregador, mais uma vez será o beneficiado, pois terá muita mão-de-obra e pouco compromisso com o emprego daqueles que buscam seus direitos.

Isso, sem falar no pre-

juízo para a educação dos nossos filhos. O servidor terceirizado pode não ter o mesmo compromisso com a

educação, com o bem-estar e a formação cidadã que esperamos que a escola, por pior que seja, repasse aos seus alunos. O sistema de terceirizados em turnos desses setores só tende a beneficiar o dono da empresa prestadora de serviços, que mais uma vez irá auferir lucros além dos padrões normais e o governo que se livrará daquilo que ele chama de "peso" em sua estrutura administrativa, que são as obrigações trabalhistas.

Como o passado e o presente do atual governo con-

denam quando o assunto é educação, e mesmo quando suas contas são aprovadas pelo Tribunal de Con-

Essa proposta é mais um atentado contra a educação, o que acontece no restante do mundo

tas do Distrito Federal (TCDF), este setor é claramente criticado pelos próprios conselheiros do Tribunal, e o mais prejudicado, temo que esta seja mais uma manobra para

em ano pré-eleitoral se beneficiar políticos que são donos dessas empresas e empresas que protegem políticos.

Quanto ao investimento em educação, basta lembrar que no ano passado, o GDF investiu apenas R\$ 202 milhões em educação, quando a Lei de Orçamento Anual (LOA) fixava que

pelo menos o dobro desse valor deveria ser investido na área.

Esta proposta, com certeza vai se configurar em mais um atentado do GDF contra a educação, e contra o que acontece no resto do mundo, como na Europa, onde alguns países já colhem os frutos da terceirização de setores fundamen-

tais da sociedade que entraram em colapso, com crises sociais acentuadas. Aqui não será diferente.

Uma proposta de mudança no setor de limpeza e vigilância na educação cheira a mais uma das moedas de troca sem lastro, onde o trabalhador irá dar o suor em troca de nada.

Liberdade de imprensa ou li

A democracia pressupõe a liberdade de imprensa, mas a mídia brasileira é dominada por algumas famílias, e a própria legitimidade da informação. Ideologicamente essas famílias têm lado, o mes

Em fevereiro deste ano, durante lançamento da Rede em Defesa da Liberdade de Imprensa, o presidente da Associação Nacional dos Jornais, Nelson Sirotsky, cometeu um ato falho ao "confundir" a expressão "liberdade de imprensa" com "liberdade de empresa" em seu discurso. Nada mais sintomático: os donos de jornais querem a imprensa livre, mas para falarem o que é do interesse deles e dos grupos econômicos e políticos que os sustentam.

Não foi por outro motivo que a proposta apresentada pelo executivo de criar o Conselho Nacional de Jornalismo provocou uma reação desmedida dos meios de comunicação, com direito a editoriais no Jornal Nacional da Rede Globo, entrevistas no Programa do Jô, todos condenando uma pretensa censura que o governo pretendia impor "à imprensa livre".

De acordo com o diretor do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, Beto Almeida, o conselho proposto nem era o ideal, porque não previa a parti-

cipação da sociedade, mas apenas de jornalistas. "Nós defendemos um conselho de comunicação social controlado pela sociedade, com representantes de trabalhadores, entidades da sociedade civil. A comunicação é uma coisa muito séria para ficar só na mão dos jornalistas", afirmou.

Na opinião dele, não há como garantir a liberdade de imprensa sem questionar a concentração dos meios de comunicação. Segundo dados da própria Associação, apenas seis grupos empresariais concentram a propriedade de mais da metade da circulação diária de notícias impressas no país. Sozinhos, estes veículos respondem por cerca de 55,46% de toda produção diária dos jornais impressos.

Além de controlarem o que a população lê diariamente, esses jornais se inserem num contexto de "sinergia", baseado na propriedade cruzada dos veículos de mídia – um modelo proibido até nos Estados Unidos. O caso mais co-



nhecido é o do Sistema Globo de Comunicações. Além dos jornais *O Globo*, *Extra* e *Diário de São Paulo*, a Globo é proprietária de uma editora, de 113 emissoras entre geradoras e afiliadas – que cobrem 99,84% do território nacional – de redes de rádio AM e FM, de uma agência de notícias, provedor de internet e de TV a cabo, que detém 70% do mercado. Mas não se trata de um caso isolado.

Sirotsky, por exemplo, que cometeu o ato falho citado acima, é também o pre-

sidente do grupo RBS, responsável pela edição dos jornais *Zero Hora* e *Diário Gaúcho*, que transmite a programação da Rede Globo em toda a região Sul – cobrindo 99,7% dos domicílios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina – e é proprietário de mais seis jornais diários, duas redes com mais de vinte emissoras de rádio afiliadas, um provedor de internet e uma agência de notícias na

internet. "Democratizar o acesso à informação passa obrigatoriamente pela quebra da concentração de mídia", avalia Beto Almeida.

A liberdade que queremos

Na visão da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), a ques-

tão da liberdade de imprensa é um elemento essencial para a construção de uma sociedade realmente democrática e inclusiva, assim como a independência, o pluralismo e a diversidade dos meios de comunicação. "A liberdade de imprensa não é elemento suficiente

Uma história de manipulação

O político e jornalista Carlos Lacerda é um legítimo representante de como a imprensa pode ser utilizada com fins meramente políticos, independente da realidade dos fatos.

Descendente de ministros e políticos influentes, Carlos Lacerda ainda jovem começou a escrever no jornal *Diário de Notícias* e pouco tempo depois aderiu ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), do qual dois anos depois se afastou.

Preso por poucos dias durante o Estado Novo – ditadura liderada por Getúlio Vargas – logo depois mudou de lado e passou de comunista a direitaista ferrenho. Chegou a afirmar em artigo publicado por encomenda do então Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que graças ao Estado Novo o PCB havia sido desbaratado e seus líderes presos, referindo-se à ofensiva desencadeada por Vargas contra os comunistas nos anos 30.

No início dos anos 40 filiou-se à União Democrá-



O jornal criado por Lacerda existe até hoje

tica Nacional (UDN) e pouco depois criou o jornal *Tribuna da Imprensa*, a partir do qual liderou uma acirrada campanha contra o mesmo Getúlio Vargas que havia apoiado nos anos 30.

Foi um dos protagonistas do episódio que resultou no suicídio do então presidente Getúlio Vargas, ao criar uma verdadeira máquina de difamação em seu jornal sobre corrupção no governo federal. Também

insuflou a então TV Tupi do Rio de Janeiro e inúmeras rádios contra o governo Vargas.

Já em 1955, com a eminente vitória de Juscelino para a Presidência da República, novamente Lacerda utilizou o jornal *Tribuna da Imprensa* para defender um golpe militar, pois o Brasil, segundo ele, precisava de "mãos fortes" no governo.

Foi um dos articuladores e propagandistas do golpe militar de 1964, mas pouco tempo depois foi cassado por esses mesmos militares. Posteriormente buscou uma aliança com Juscelino Kubitschek e João Goulart, os quais havia combatido, que resultou na Frente Ampla, também cassada pelo regime militar em 1968.

Foi deputado federal por duas vezes e governador do extinto Estado da Guanabara. Faleceu em 1977, em plena ditadura, sem atingir seu maior objetivo: chegar à Presidência da República.

Preconceito

O PRECONCEITO DA MÍDIA COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

"A imprensa separa o joio do trigo. E publica o joio"
(Adlai Stevenson)

Na contramão do silêncio "respeitoso" da mídia, em abril de 2000, a revista *Caros Amigos* publicou uma reportagem "Por que a imprensa esconde o filho de oito anos de FHC com a jornalista da Globo?". Aos que questionaram se a notícia não havia sido sensacionalista, José Arbx Jr., editor especial da publicação respondeu: "O Pelé tem filho fora do casamento, isso gera uma puta notícia. O Lula e o Maluf idem. Por que o fato do FH ter um filho fora do casamento não virou notícia? Um deputado me ligou para fazer uma ameaça, dizendo que tinha gente em Brasília descontente com a apuração. Publicamos essa matéria, salientou.

A editora executiva da publicação, Marina Amaral, disse que o problema não é o presidente ter um filho, mas saber o porquê de a Globo ter mandado a jornalista para a Europa. "Quando apareceu a filha do Lula, O Globo fez um editorial intitulado 'O direito de saber', defendendo que o caso dele com a Míriam devia ser público. Já o do FHC, alegam que é privado", afirmou.

Dois pesos e duas medidas: quem milita nos movimentos sociais sabe o quanto isso é a realidade. Pano rápido: recentemente ruralistas interditarão a principal entrada do Congresso Nacional, colocaram os traidores no gramado, ameaçaram invadir o espelho d'água do prédio. Imagine agora se essa pressão tivesse sido feita, por exemplo, durante a marcha dos Sem Terra. Alguém duvida de que a mídia estamparia em letras garrafais o "radicalismo" dos líderes do movimento? Mas no caso dos ruralistas o silêncio foi total.

Segundo Gilberto Ma-

ringoni, jornalista e cartunista da Agência Carta Maior, a Veja, que se autoproclama uma "revista semanal de informação", conta sempre com a falta de informação e de memória alheias. "Veja, não nos esqueçamos, apoiou Collor no início. Em dezembro de 1994, chegou a classificar, em matéria de capa, o plano real como "O novo milagre brasileiro" relembra ele. Para atacar o MST, não teve dúvidas em adulterar uma foto do líder do Movimento, João Pedro Stédile, 'demonizando' o líder em um fundo verde-oliva ou de falsificar informações sobre a luta pela terra.

Seria inocência imaginar que toda essa manipulação é pontual. É preciso chamar as coisas pelo nome: essa postura é ideológica e diz respeito aos interesses dos donos do poder e da mídia. Não devemos nos iludir.

CHATÔ

Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo ou simplesmente Assis Chateaubriand foi o primeiro grande empresário da mídia em nosso país. Construiu um império de 28 jornais, 16 estações de rádio, cinco revistas e uma agência telegráfica, no conglomerado chamado *Diário de Notícias*.

Sua biografia foi publicada no livro *Chatô*, do jornalista Fernando de Moraes, um sucesso de vendas na década de 80. Jornalista e empresário, chegou a ser eleito senador e foi embaixador do Brasil na Inglaterra. Já faz parte não só da história, mas também do folclore jornalístico em nosso país.



*"Se uma imprensa livre e a liberdade de imprensa devem ser re
consumação da "liberdade universal", a censura e uma impre
representariam ainda mais a consumação de uma liberdade po
Karl Max*

sa ou liberdade de empresa?

dominada por algumas famílias, cujos interesses financeiros na maioria das vezes atropelam o interesse público. Essas famílias têm lado, o mesmo dos detentores do grande capital. Como acreditar nelas?



nesto processo. Uma educação de qualidade para todos – o que inclui a formação do hábito de leitura crítica – e a inclusão digital são processos que contribuirão para democratizar o acesso à informação”, declarou Jorge

Werthein representante da Unesco no Brasil.

O problema é que a imprensa se arvora em guardiã das liberdades civis, mas está longe de cumprir esse papel. No país da impunidade, o caso Escola Base é um dos mais eloquentes da crônica policial. Em 28 de março de 1994, duas mães de alunos, queixaram-se na delegacia do bairro do Cambuci (SP) de que seus filhos de quatro e cinco anos

estavam sendo molestados sexualmente na escola e talvez levados numa Kombi para orgias num motel, onde seriam fotografados e filmados.

O delegado Edécio Lemos e a maior parte da mídia encamparam a denúncia como fato provado, mas ao final do inquérito os acusados foram declarados inocentes. Eles sofreram um assassinato social: perderam a escola que construíram e que era considerada modelo e isolaram-se da comunidade. Os dois donos da escola, Icu shiro Shimada e sua mulher Maria

Aparecida, e um colaborador, Maurício de Alvarenga reconhecem que a armação foi da polícia, mas acreditam que a imprensa teve uma grande parcela de culpa na destruição do projeto de uma vida. Realmente, a prudência e a perícia se afastaram do noticiário. “Perua escolar carregava crianças para orgia”, estampou a *Folha da Tarde. Notícias Populares*, um pasquim indigno

da liberdade de imprensa, afirmava: “Kombi era motel na escolinha do sexo”.

Outro caso exemplar: o jornalista Luís Costa Pinto, autor de reportagem da revista “Veja” em 1993 que contribuiu para a cassação do ex-presidente da Câmara Ibsen Pinheiro, admitiu que sabia que a informação sobre a movimentação financeira do ex-deputado era falsa. Em depoimento que será usado em livro a ser lançado por Ibsen, Costa Pinto diz que, mesmo sabendo do erro, sustentou que o ex-deputado movimentara US\$ 1 milhão porque estava preocupado em manter o emprego.

Como se vê, o “compromisso com a verdade” tão alardeado pelos meios de comunicação só existe na medida em que os interesses comerciais das empresas não são ameaçados. Infelizmente uma boa parcela da população brasileira acredita que discutir essa questão em um país tão cheio de desigualdades é “frescura de intelectual”, mas na realidade, num mundo onde informação é poder, esse debate nunca foi tão urgente.

A ética relativista das feras do mercado

Jornalismo é uma profissão que tem como base a confiança - entre jornalistas e fontes, editores e repórteres, escritores e leitores. A prática fundamenta-se na ética e é preciso estabelecer o que é válido ou não na busca e na divulgação de informações. Na noite de quarta-feira, 13 de abril, o Instituto de Ensino Superior de Brasília promoveu para os alunos dos cursos de Jornalismo uma mesa-redonda com o tema “Ética na Reportagem”.

O debate contou com a presença dos jornalistas Carlos Chagas, Eliane Cantanhêde, Helena Chagas e Luiz Martins, que expuseram suas experiências e percepções - nem sempre comuns - acerca do tema.

Depois do educador Carlos Chagas afirmar que não concorda com a existência de uma ética utilitarista - acreditada em ética como algo universal, de todos os cidadãos e não de cada profissão -, Eliane Cantanhêde, colunista do jornal *Folha de S. Paulo*, começou o discurso com a declaração de que, para ela, a ética é relativa. Pelo fato

de terem a função de descobrir e divulgar informações de interesse público, os jornalistas podem passar por cima de regras sociais, e até da lei, para conseguir o que querem. “É antiético usar do artifício de uma mentira para conseguir uma informação ou é errado roubar um documento para levar uma informação para uma empresa? Para mim, não”. Eliane afirmou que “o que vale é deixar que o público saiba o que é de seu interesse”.

Eliane disse que o que interessava era o “povo” receber a notícia. E completou: “Se você acha que isso é antiético, uma boa ideia é que você seja publicitária”.

Além de ser uma ofensa aos publicitários a afirmação de Eliane leva a crer que não existe outra opção para quem quer trabalhar na imprensa brasileira. Para ter sucesso, é preciso mentir, roubar e sabe-se lá mais o que, “pois a informação não cai do céu”.

Eliane declarou: “Jornalismo também é empresa, também é negócio. Meu patrão também é empresário”. Ao que parece, a grande busca é dinheiro e sucesso, interesse público é só o ca-

minho.

A diretora da sucursal de Brasília do jornal *O Globo*, Helena Chagas, apoiou e defendeu a colega da *Folha*. “Eu também roubo documentos!”, afirmou. Disse que faz o que for preciso para obter informações que julga serem valiosas. “Se der bobeira, eu pego mesmo”, afirmou a jornalista.

Um estudante usou o discurso de Carlos Chagas para questionar a posição das jornalistas. Carlos disse que para saber se algum comportamento é ético, basta pensar no que aconteceria se todos resolvessem agir daquela maneira. “O que aconteceria se todos os jornalistas assumissem o discurso de vocês, do roubo e da mentira? O que seria da prática?” Não houve resposta. Mas a pergunta existe. O que aconteceria? Coisa boa não seria...

É até engraçado que, em uma palestra no ambiente acadêmico, a ética não seja tratada com a devida importância. Uma vergonha!

Resumo do texto de Maiana Diniz, estudante de jornalismo.

Fonte: Caros Amigos



de imprensa devem ser rejeitadas como a censura e uma imprensa censurada, a expressão de uma liberdade particular”.

A leitura crítica é nossa proteção

Proteja-se da informação atravessada! Tomar alguns cuidados é fundamental para evitar que sejamos ludibriados:

- procure se informar sobre os donos da publicação que você lê ou assiste no dia-a-dia.

- se um tema te interessou, busque o outro lado, as outras opiniões sobre um mesmo assunto, confronte informações. Isso deveria ser tarefa do jornalismo, mas nem sempre é isso que

acontece.

- não leia só as manchetes ou chamadas de capa: elas são feitas para impactar, para vender e muitas vezes não refletem a correção da matéria.

- desconfie de reporta-

gens do tipo o “último remédio revolucionário”, ou um político que do nada vira o arauto da democracia. Neste caso, tanto o remédio, quanto o político são produtos que estão sendo vendidos para os incautos.

Desconfie, desconfie sempre e, na dúvida, busque se informar em alguns dos sites abaixo:

- www.observatoriodaimprensa.org.br
- www.agenciartamaior.com.br
- www.carosamigos.com.br
- www.clubedomundo.com.br/revistapangea

A revolução das antenas

No próximo dia 24 de julho, a TV Sul, com sede em Caracas, inicia suas transmissões experimentais através do satélite NSS 806, onde o sinal estará disponível, gratuitamente.

Será uma programação diferente, com um jornalismo voltado para desvendar e denunciar os problemas enfrentados pelos povos da América Latina e que pretende ainda desmascarar a manipulação da informação feita pela mídia tradicional, de cunho conservador.

A TV Sul mostrará ainda a história dos povos latino-americanos, nossa música, nossa dança, nossa cultura, nosso talento, e o caminho que temos a percor-



rer pela integração latino-americana.

A TV Sul é uma iniciativa da Venezuela, à frente do presidente Hugo Chávez e conta com a participação e o apoio dos governos da Argentina, Uruguai e Cuba. A proposta é de ser o início de uma nova era na televisão mundial.

Para que a TV Sul chegue ao maior número de lares possível no Brasil é necessário incorporar as tvs

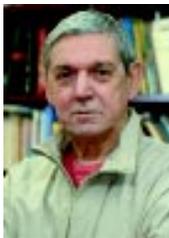
comunitárias, universitárias, educativas, públicas regionais etc. Daí os organizadores da iniciativa, em nível nacional, estarão insinuando essas televisões a adquirirem um receptor digital e uma antena parabólica para retransmissão do sinal. O custo é de aproximadamente R\$ 950. Muito pouco para ajudar na promoção dos meios de comunicação.

FHC APOIARIA "GOLPE BRANCO"

Para Wanderley Guilherme dos Santos, o PSDB não quer o impeachment de Lula, mas não recuará se houver essa possibilidade. Confira a entrevista publicada na edição 346 de CartaCapital.

Por **Maurício Dias**

O cientista político Wanderley Guilherme dos Santos é um dos mais renomados e respeitados acadêmicos do País. Na extensa lista de trabalhos publicados por ele, um, especialmente, virou referência bibliográfica. No calor das lutas políticas do início dos anos 60, ele escreveu um livro – *Quem Vai Dar o Golpe no Brasil – que prenunciou a derrubada do presidente Goulart em 1964. Ele farejou o golpe militar. O fantasma dos militares não existe, mas nas últimas colunas que escreve para o jornal Valor Econômico, publicadas às quintas-feiras, ele farejou um "golpe branco" contra Lula no movimento da oposição e, principalmente, do PSDB. Pró-reitor da Universidade Cândido Mendes, Wanderley Guilherme dos Santos chegou a ironizar os tucanos, resgatando a imagem de Carlos Lacerda, um político que andava sempre com uma proposta de golpe na cabeça: "O lacerdismo mudou-se para São Paulo", escreveu, após pensar*



Wanderley Guilherme dos Santos

sobre a frase do ex-presidente Fernando Henrique de que havia uma "crise institucional" no País. Nesta entrevista a CartaCapital, ele explica a crise pela missão político-eleitoral dos tucanos de alargar o governo para enfraquecer a candidatura Lula em 2006. Diz que, para alcançar esse objetivo, o PSDB chegou a pensar em um "golpe branco", o impeachment, a partir das denúncias de corrupção. Mas recuou. Acredita que o partido não promoverá a iniciativa, mas, se ela surgir, apoiará. Ou seja, se o cavalo passar arriado, o ex-presidente Fernando Henrique montaria.

CartaCapital: Há uma crise política grave neste momento?

Wanderley Guilherme dos Santos: A palavra crise entrou no vocabulário diário da política desde janeiro de 2003. Falou-se de crise todos os dias. Agora, sim, há uma crise política. É uma crise importante. Mas é uma crise normal em sistemas democráticos funcionando, operando. Quer dizer, democracia com uma oposição musculosa como não havia, por exemplo, no governo Fernando Henrique.

CC: Oposição mais forte...

WGS: Agora tem. Não tinha imprensa contra, agora tem. Vivemos um período democraticamente muito mais vivo do que no governo passado. A oposição agora é uma oposição forte. Tem capacidade de agitar e criar problemas e de interferir na agenda política. Por consequência, a maioria da imprensa está com a oposição.

CC: O PT, na oposição, não tinha essa força?

WGS: De maneira nenhuma. O PT mobilizava, no máximo, 140 deputados durante todo o período. Se o PT tivesse o poder oposicionista que tem hoje a oposição a Lula, o então presidente Fernando Henrique Cardoso não teria aprovado 21 emendas constitucionais.

CC: O senhor quer dizer que a imprensa não ofe-

disse à vontade do Sérgio Motta em situação muito mais complicada, que foi o processo de aprovação da reeleição. E não aconteceu nada porque a oposição não tinha capacidade de fazer acontecer, não tinha grandes políticos querendo fazer acontecer e não tinha a imprensa querendo fazer acontecer. E, assim, não aconteceu. E isso envolvia uma figura chamada Sérgio Motta. O deputado Roberto Jefferson tem um currículo que, por si só, não transfere credibilidade e peso às declarações. Sobre tudo em declarações dessa generalidade. Dessa forma, é claro que a questão não está nem no conteúdo da declaração nem em quem declarou. Mesmo que seja verdade, embora não seja fato provado ainda, não foi isso que moveu os interessados. Foi outra coisa.

CC: Ou seja, embora a denúncia tenha sido genérica e falte a denunciante a necessária credibilidade, logo criou-se um terremoto...

WGS: Portanto, há outras linhas de causalidade além do interesse do deputado Jefferson de se defender e de envolver outras pessoas. Outra causa da crise me parece ser o temor que o PSDB tem de Anthony Garotinho. O pavor do PSDB é que o segundo turno seja com o Garotinho e não com o candidato do PSDB. A transformação da ética na política como divisor de águas, entre maioria e minoria no País, se bem-sucedido, derrota Garotinho. Entretanto, se não for, o eventual decréscimo eleitoral da situação cai no colo de Garotinho. Independentemente de Garotinho, há interesse de o PSDB macular a imagem do Lula. Desde janeiro de 2003 temos tido sucessivas rodadas de denúncias nos jornais acompanhadas de uma pesquisa.

Se a denúncia do mensalão fosse no governo FHC não teria dado tanta maré

CC: Uma tentativa de linchamento político?

WGS: Não, não chega a isso. São manobras identificáveis. Há sempre um caso: Waldomiro Diniz, a eleição para a presidência da Câmara, o cadastramento no Fome Zero. As pesquisas feitas na sequência indicavam que, no entanto, a imagem do presidente não era afetada. Isso tem sido desesperador para a grande imprensa.

CC: Qual o interesse dela?

WGS: A democracia em países em desenvolvimento só fica efetivamente consolidada quando dispensar a imprensa, quando o que a imprensa quiser for irrelevante para a estabilidade do governo. A imprensa é um ator importante no que diz respeito à estabilidade do governo em países em desenvolvimento, como o Brasil.

CC: O senhor se refere à capacidade de formar marolas?

WGS: Marolas, não. Grandes furacões. A grande imprensa levou Getúlio ao suicídio com base em nada; quase impediu Juscelino de tomar posse, com base em nada; levou Jânio à renúncia, aproveitando-se da malquise dele, com base em nada; a tentativa de impedir a posse de Goulart com base em nada. A grande imprensa em países em desenvolvimento é a grande porca das instituições, a grande emporcalhada.

A democracia só fica efetivamente consolidada quando o que a imprensa quiser for irrelevante para a estabilidade do governo.

CC: A imprensa é assim ou ela está assim?

WGS: A imprensa não é assim. Ela é assim num certo período dos países. Ela foi assim nos EUA, na Inglaterra, e não é mais. Isso não quer dizer que não haja a imprensa porca e, sim, que a grande imprensa deixou de ser porca. Não é o caso do Brasil. Isso é importante ficar registrado, porque na medida em que passa o tempo a gente esquece. Quando aconteceu em 1954 a gente deixou passar, assim como deixou passar em 1961. Então, não pode deixar passar, não. A imprensa levou Getúlio Vargas ao suicídio com inverdades e com fatos falsos, construídos. E promoveu um golpe de Estado em 1964. Não há como negar isso. Essa é uma outra linha de causalidade. Há dois anos e meio a imprensa tentava botar Lula abaixo de sua pauta. Conseguiu agora.

CC: Não é o papel da imprensa tomar conta, fiscalizar?

WGS: É. Tomar conta, sim. Desestabilizar, não. A estabilidade não pode depender de militar, nem da Igreja, nem da imprensa.

CC: As Forças Armadas...

WGS: Duvido que elas voltem a ter a importância que tiveram. Quando se pegava um tenente roubando e gritava "ladrão", ele dizia: "Está ofendendo as Forças Armadas". E os generais concordavam. Hoje acontece com jornalista. O jornalista faz uma barbaridade e alguém diz: "Ele fez uma infâmia". Os grandes jornais alertam: "A liberdade de imprensa está sob ameaça". É a maior corporação existente hoje no País com um poder infernal.

CC: Essas linhas de causalidade explicam a crise?

WGS: Elas não são responsáveis pelo que acabou sendo a crise. A dimensão da crise não estava na cabeça de ninguém. Assim

como ninguém sabe o que vai acontecer. Foi por isso que começaram a puxar os freios.

CC: O comportamento da oposição ficou na linha demarcatória das ações políticas? Alguém, em sua opinião, cruzou a linha?

WGS: Depende do que se chama de cruzar a linha. Quando se começa a dizer, como foi dito, que há iminência de crise institucional está cruzando a linha...

CC: Quem disse isso foi o ex-presidente Fernando Henrique.

WGS: Vamos reler o último parágrafo do artigo de 5 de julho passado, que ele escreveu em O Globo: "Se nada for feito, caberá a quem venha a ser o candidato do PSDB nas próximas eleições apresentar ao eleitorado um programa muito claro com reformas eleitorais, partidárias e da máquina pública. Caberá anunciar de antemão a disposição, se eleito, de recorrer aos mecanismos de consulta à população para validar essas reformas e mesmo, se entender necessário, solicitar ao Congresso uma lei delegada para fazê-las". Se anunciada por Lula, a proposta seria tomada como fato determinante para criar uma CPI. Ameaça de chavismo.

CC: Por que o PSDB teria chegado a esse ponto?

WGS: Pelo pavor do sucesso do governo Lula. O PSDB sabe que com mais dois anos de governo, como vinha até agora, ele levaria uma surra em 2006.

CC: Interessa a eles chegar ao impeachment?

WGS: Não acredito que eles queiram promover o impedimento de Lula. Mas, se houver possibilidade, não recuarão. Se a chance aparecer, os tucanos vão apoiar esse golpe branco,

porque o governo está sendo bem-sucedido. Se fosse um governo inepto, como se apregoa, o PSDB deixaria Lula em paz e o derrotaria facilmente no ano que vem.

CC: Mas o PSDB não inventou o episódio...

WGS: Caiu na mão do partido esse episódio de corrupção nos Correios.

CC: Declarações como a do governador Aécio Neves – de que Lula não é Collor – seriam uma pévida de bom senso?

WGS: É difícil querer dizer que não está interessado no mesmo movimento que levou ao impedimento de Collor, porque o governo

Lula é diferente sem, ao mesmo tempo, chamar a atenção para o fato de que podem ser iguais. Quem foi que disse que era igual? A comparação pode estar na cabeça do formulador da frase.

CC: Frase sibilina.

WGS: Muito sibilina. O PSDB, sobretudo o tucano paulista, está numa posição de oposição provocadora. Não diria mais que está na posição golpista que já teve e pode voltar a ela.

CC: Estaria havendo transferência de um confronto paulista para o plano nacional?

WGS: Uma parte do imbróglio, do lado tucano, tem a ver com a disputa interna – quem vai ser o candidato – que implica, entre outras coisas, bloquear Aécio Neves e Jereissati. Isso obriga, também, a fazer campanha contra o PT paulista. O PT nacional é o PT paulista levando para o plano federal desavenças locais, de São Paulo.

CC: Isso tem reflexos no governo Lula?

WGS: É uma parte da desarticulação do governo que vem se revelando de uma incompetência na política cotidiana, que não é incompetência normal do PT. Isso só pode ser explicado porque estão fazendo política de São Paulo no Planalto. Não há uma defesa organizada, concatenada em torno das realizações do governo Lula e é por isso que boa parte delas ninguém sabe. Há uma busca desesperada de consenso no governo que parece o processo decisório do PT.

CC: A quem caberia arbitrar para acelerar as decisões?

WGS: Estamos falando da falta de um articulador. No caso, falta o presidente Lula. Ele está exercendo mal o seu papel de presidente. Ele tem o mandato. Não pode levar esse tempo que levou para aparecer com um discurso pífio. Foi o pior discurso político que vi o Lula fazer.

CC: O que houve de tão grave na sua opinião?

WGS: Ele concedeu tudo à oposição. Jogou fora o discurso de posse que foi magistral. Ele disse, ao assumir, que o combate à fome e à miséria seriam a meta ordenadora do governo. Ao discursar no fórum global anticorrupção, ele disse que os países emergentes continuariam pobres enquanto não acabassem com a corrupção. Além de oportunismo, isso é uma tolice. Objetivamente, o presidente disse o seguinte: enquanto for pobre haverá corrupção. Ele concedeu o discurso à pauta da oposição. E falou que a corrupção só acabaria com uma reforma política. Ou seja, Fernando Henrique pautou o discurso de Lula.

CPI da Educação

Depoimentos aumentam suspeitas de favorecimento



Paulo Tadeu (PT), à esquerda, e Augusto Cavalho (PPS), são relator e presidente da CPI da Educação

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Educação está trabalhando em conjunto com os ministérios Público e da Educação, a Controladoria Geral da União e a Polícia Federal, que instalou inquérito para apurar os fatos encaminhados pela CPI.

Os últimos depoimentos ouvidos pelos parlamentares aumentaram as suspeitas de que havia um esquema de favorecimento nas licitações nos serviços de transporte escolar.

O servidor Reginaldo Nunes Cordeiro, em depo-

imento no último dia 24, afirmou existir um esquema de direcionamento nas licitações realizadas na Secretaria de Educação de 1999 a 2002.

Segundo ele, "a avaliação que tínhamos na comissão de licitação era de que haviam cartas marca-

das e que éramos muito pequenos para fazer alguma coisa contra isso". Ele disse ainda ter ficado três anos sem trabalhar na SEE sob determinação da própria secretária, na época de hoje deputada Eurides Brito (PMDB).

O ex-subsecretário de

Suporte Educacional e também ex-tesoureiro da campanha da deputada Eurides Brito apresentou fitas com trechos de conversas gravadas entre a deputada e o professor Antônio Ferreira César, lotado na subsecretaria de Apoio Operacional, que demonstrariam indícios de direcionamento nas licitações da SEE.

O presidente e relator da CPI, deputados Augusto Carvalho (PPS) e Paulo Tadeu (PT), respectivamente, pretendem ampliar as investigações sobre os contratos da secretaria, bem como as contratações de professores temporários: "recebemos muitos e-mails de professores indignados que passaram em concursos da Secretaria de Educação e nunca foram chamados. São muitos os professores que estão desempregados porque acreditavam que seriam

chamados pela Secretaria", disse o deputado Augusto Carvalho.

Impasse

O presidente e o relator da CPI encaminharam pedido ao plenário da Câmara Legislativa para substituir o deputado João de Deus (sem partido), também integrante da CPI, por falta de decoro. João de Deus tentou agredir fisicamente o relator, deputado Paulo Tadeu, além de proferir agressões verbais contra depoentes e outros parlamentares.

João de Deus é conhecido pela falta de decoro e comportamento desrespeitoso, pois já tentou agredir a deputada Maninha (PT), está respondendo processo por ter agredido a deputada Erika Kokay (PT) e recentemente teve desentendimentos com a deputada Eliana Pedrosa (PFL).

Saúde



Maria José e Washington Dourado (à direita), representaram o Sinpro

GDF debaterá saúde com entidades sindicais

No último dia 22 representantes dos nove sindicatos de servidores do DF realizaram reunião com a Secretaria de Gestão Administrativa do DF, Cecília Landim, na qual reivindicaram a abertura do debate, por parte do governo, do plano de saúde dos servidores.

Os dirigentes sindicais temem que o GDF apresente projeto de Lei à Câmara Legislativa e somente a partir daí se debata, em termos concretos, o plano de saúde.

As entidades propuseram a criação de um fórum especial, com a participação dos sindicatos, para debater o plano e a secretária se dispôs a debater o plano quando o esboço inicial da proposta estiver concluído pelo governo.

Vale lembrar que essa discussão só foi iniciada a partir da luta dos professores na última greve.

O plano de saúde deverá ser implantado a partir de janeiro de 2006.

Advogado especialista

Em função do grande número de professores com problemas no serviço de perícia médica da SEE/DF o Sinpro contratou um advogado especialista no setor.

Todo professor que tiver

problemas no Namó pode procurar este serviço jurídico do Sinpro.

O Dr. Vitor Mendonça atenderá as terças e sextas, das 9h às 12h e das 16h às 18h na sede do Sindicato, com hora marcada.

Seminário intersindical

Os representantes dos nove sindicatos que representam servidores no DF participaram no último dia 23 do primeiro seminário para discutir a implantação do plano de saúde. O encontro teve exposição de três palestrantes, entre eles o diretor do Instituto de Previdência e Assistência

de Saúde de Goiás (Ipsago), Bento Xavier.

A autogestão do plano é uma das reivindicações dos servidores. Eles defendem que o GDF crie um instituto, em moldes parecidos com o Ipsago, para gerenciar o plano e assim baratear o seu custo.

Novos rumos para a CPI da Saúde



A CPI da Saúde funcionará mesmo no recesso

Após quatro horas de depoimento à CPI que investiga irregularidades na Secretaria de Saúde do DF, o secretário-adjunto Mário Sérgio Nunes declarou à imprensa que colaborou com tudo o que podia para fornecer subsídios técnicos à Comissão. Por sua vez, a relatora da CPI, deputada Arlete Sampaio (PT), disse que Mário Sérgio é pessoa chave nas investigações. "Ele deixou entrever que faltam normas, regulamentos e compreensão na Secretaria sobre o que seja público", disse.

A relatora enfatizou que o depoimento reservado teve a finalidade de recolher o máximo de informações, sem o constrangimento das câmeras de televisão.

As informações prestadas no último dia 30 por Mário Sérgio abrem novos caminhos na investigação da CPI. "Com a retomada dos trabalhos, em agosto, esses desdobramentos virão à tona", disse a presidente da Comissão, deputada Eliana Pedrosa.

Mário Sérgio Nunes,

que também foi subsecretário de Atenção à Saúde do então secretário Arnaldo Bernardino, depôs em caráter sigiloso.

Na última semana de junho os membros da CPI fizeram uma inspeção surpresa no Centro Médico Santa Paula, em Planaltina. Aprenderam documentos que podem comprovar o envolvimento do centro com a Clínica de Especialidades Médicas de Planaltina (Cemep), que tem supostas ligações com o Santa Juliana, entre eles um "empréstimo" de R\$ 450 mil àquele hospital.

Para a deputada Arlete Sampaio "claramente o material recolhido vincula o Centro Médico Santa Paula ao Cemep".

BALANÇO

A CPI da Saúde foi instalada há 92 dias e já realizou 12 reuniões ordinárias e seis extraordinárias, tendo feitas 65 convocações, tomados 48 depoimentos, e enviados 411 pedidos de informações a entidades diversas. Atualmente estão em exame pela comissão 257 processos.

Permutas

Nome: Joana Pereira Sandes
Disciplina: Atividades 40 horas
Escola: CELAN
Permuta para: Asa Sul
Telefone: 3323.2926/9964.224/8115.0708

Nome: Karla Regina da Silva Gonçalves
Disciplina: Atividades 40 horas
Escola: Caic Sobradinho II
Permuta para: Sobradinho I ou Zona Rural
Telefone: 9226.0404

Nome: Joelma Maria de Medeiros
Disciplina: Educação Física – 40 horas
Escola: CEF 801 Recanto das Emas
Permuta para: próximo ao Guará
Telefone: 3568.2197/9287.7892

Nome: Francisco Cássio
Disciplina: Atividades
Escola: EC 45 Taguatinga
Permuta para: Planaltina ou Sobradinho
Telefone: 9914.0671 / f.cassio@bol.com.br

Nome: Sandra Ribeiro Alves
Disciplina: Atividades
Escola: EC 431 Samambaia
Permuta para: Zona Rural Taguatinga/Samambaia/Gama
Telefone: 9293.9893

Nome: Luciana Pontes Dias
Disciplina: Atividades
Escola: EC 03 do N. Bandeirante
Permuta para: Taguatinga
Telefone: 3036.3538/3552.1642/92589058

Nome: Suely Fernandes
Disciplina: Química
Escola: CED 01 do Guará
Permuta para: Taguatinga/Ceilândia/Samambaia
Telefone: 9987.5077

Nome: Gláucia Almeida Portela
Disciplina: História/Geografia/Sociologia/Filosofia
Escola: CED 123 Samambaia Sul
Permuta para: Planaltina (zona rural) ou Sobradinho
Telefone: 92394770

Nome: Alessandra Meireles Rezende
Disciplina: Química (20 h/Noturno)
Escola: CED 04 de Taguatinga
Permuta para: Taguatinga/Noturno.Folga 6ª feira
Telefone: 9901.0899

Nome: Rosa Maria da Silva Pereira
Disciplina: Artes Visuais
Escola: CE São José de São Sebastião – 40 horas
Permuta para: Plano Piloto
Telefone: 3244.6573/9613.6103

Educação nacional

Fundeb alcançará toda a educação básica nacional



O governo federal lançou o Fundeb em junho deste ano

A diretoria do Sinpro e várias entidades representativas da educação nacional estiveram presentes ao Palácio do Planalto no último dia 14, quando foi assinada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Com duração de 14 anos (2006-2019), o Fundeb atenderá os alunos da educação infantil, do ensino fundamental e médio e da educação de jovens e adultos e será implantado de forma gradativa nos quatro primeiros anos. O objetivo é atender, no quarto ano de vigência, 47,2 milhões de alunos com investimentos públicos anuais de R\$ 50,4 bilhões, dos quais R\$ 4,3 bilhões provenientes da União. O Fundo beneficiará 17 milhões de estudantes a mais, passando de 30 milhões de estudantes para aproximadamente 50 milhões.

A diretoria do Sinpro entende que a implantação do Fundeb sem dívida representa um grande avanço. Mas, como integrante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, avalia que a proposta deve ser aperfeiçoada, em especial em dois pontos. Um deles diz respeito à garantia de

inclusão das creches. Segundo o IBGE, somente 11,7% da população de 0 a 3 anos têm acesso às creches. Avaliação técnica realizada pela Câmara dos Deputados no início de 2005 apontou que a meta do PNE, de chegar a 50% de cobertura na educação infantil de 0 a 3 anos em 2011, não será atingida caso não ocorra uma mudança significativa das condições de financiamento.

Também em relação ao Piso Nacional Salarial houve um retrocesso, pois a primeira versão do MEC estipulava em 80% os gastos dos recursos do Fundo para remuneração dos profissionais de educação. O texto que chega ao Congresso estipula esse percentual em 60% e o restringe ao pagamento dos profissionais em exercício efetivo do magistério. Tal restrição, na opinião dos integrantes da Campanha, constitui um obstáculo para a implementação do Piso Nacional, uma antiga reivindicação dos educadores e um dos requisitos para a elevação da qualidade do ensino. Agora o palco de discussões será o Congresso Nacional, onde as diferentes correlações de forças exigirão das entidades muita negociação.

Reforma universitária restitui mecanismos vetados por FHC

O segundo texto do anteprojeto da Lei da Educação Superior, apresentado no dia 30 de maio pelo ministro da Educação, Tarso Genro, recupera vetos do governo Fernando Henrique ao Plano Nacional de Educação (PNE). Um dos mecanismos vetados previa a destinação, para a manutenção e expansão da rede de instituições federais de ensino, de 75% dos recursos vinculados à educação no Orçamento Geral da União. Com a aprovação da reforma universitária, essa verba ficará assegurada.

O secretário de Educação a Distância do MEC e coordenador da comissão executiva da reforma universitária, Ronaldo Mota, destaca também o veto que foi resgatado na proposta da reforma e que deve viabilizar o aumento do financiamento das instituições federais: "É a não-inclusão dos gastos com os inativos e pensionistas no cálculo destes 75%. Isto também havia sido vetado. Mas esse é um gasto que deve ser debitado para o Tesouro Nacional e não para despesas de manutenção do ensino", explicou.

A expectativa é de que ocorra um efetivo aumento dos recursos. A projeção de técnicos do Ministério da Educação é de que o valor destinado às instituições federais de ensino alcance R\$ 1,4 bilhão. "Os 75% do MEC vão permiti-



O ministro da Educação Tarso Genro anunciou o anteprojeto da nova Lei mês passado

tir investimentos e possibilitar a expansão das instituições", comemora a reitora.

Outro veto incorporado à reforma universitária é a meta de ampliar o número de estudantes nas instituições públicas de ensino superior dos atuais 29% para 40% até o ano de 2011.

O governo federal já efetivou mais dois vetos que não integram a reforma do ensino superior, mas estão diretamente ligados à melhoria da educação. Um deles é o que previa a ampliação do programa de crédito educativo. Ao instituir o Programa Universidade para Todos (ProUni), o MEC ofereceu 112 mil bolsas para estudantes de baixa renda nas instituições privadas. O outro é o que implanta o plano de carreira dos ser-

vidores técnico-administrativos, com a publicação da Lei nº 11.091/05.

A deputada Neyde Aparecida (PT-GO) defendeu a reforma conduzida pelo Ministério da Educação. "É importante ressaltar a maneira como a reforma está sendo feita, com o debate entre as entidades. Vamos fortalecer o ensino público federal, com sua expansão e a qualificação dos profissionais", disse.

O anteprojeto prevê ainda a regulação, pela União, da educação superior. Estão previstas avaliações periódicas que podem resultar em desativação de cursos, intervenção ou mesmo descredenciamento de instituições.

Diretrizes

O texto prevê diretrizes que devem ser persegui-

das pelas instituições federais de educação superior. Entre elas a inclusão de grupos sociais e étnico-raciais pouco representados na educação superior; a articulação com entidades de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica; a cooperação na redução de desigualdades regionais; formação e qualificação de quadros profissionais; e gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Ainda de acordo com a proposta, o Poder Executivo deve encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de Lei instituindo o novo plano de carreira do magistério superior das instituições federais de educação superior. O projeto deve ser remetido ao Legislativo dois anos após a publicação da reforma universitária.

Estimativa é de destinar R\$ 1,4 bi às instituições federais de ensino superior

Projeto de lei instituirá novo plano de carreira do magistério superior público federal

Argentina converte parte da dívida externa para a educação

A Argentina fechou acordo em janeiro deste ano com a Espanha que permitiu que 68 milhões de euros de dívida fossem transformados em bolsas de estudos. A informação é do ministro da Educação argentino Daniel Filmus, em painel realizado na Bolsa de Valores de São Paulo sobre a conversão das dívidas dos países pobres e em desenvolvimento em investimentos para educação. A Alemanha também fechou acordo semelhante com a Argentina.

O ministro da Argentina lembrou que na América latina existem 2,5 milhões de crianças fora da escola e que "em 12 países do nosso continente os gastos com o serviço da dívida são maiores que os gastos com a educação".

O presidente nacional da CUT, Luiz Marinho, defendeu a ideia como justiça social. Disse ainda que mesmo que a conversão não atinja o total da dívida, pode trazer bons resultados.



Daniel Filmus, centro, ministro da Argentina

Lembrou que o governo federal criou 112 mil vagas em universidades para estudantes de famílias carentes e que uma conversão de um bilhão de dólares, como a que o Brasil tem com o Clube de Paris, poderia beneficiar muita gente.

Luiz Marinho afirmou que o presidente do Clube de Paris lhe disse que essa possibilidade é prevista nos contratos, apesar de apenas para países muito po-

bres. O presidente da CUT afirmou que dentro do Brasil existem "uma série de países tentando sobreviver", face às grandes diferenças sociais.

Um dos presentes ao painel lembrou ainda que a Costa Rica conseguiu converter suas dívidas em recursos para projetos ambientais, demonstrando assim que é possível uma negociação com os credores.

Dicas do QN

DICAS DO QUADRO NEGRO

Criamos esta coluna para divulgar discos, livros, vídeos, revistas, etc, que possam ser utilizados no nosso dia-a-dia em sala de aula, ou apenas para nosso entretenimento. Qualquer colega poderá indicar material para o "dicas". Basta informar o título da obra, autor, editora e breve comentário. Para a secretaria de imprensa do sinpro ou pelo e-mail: imprensa@sinpro.org.br. Nesta primeira edição da coluna, as dicas são da secretaria de imprensa do sinpro.

Revistas:

REVISTA HISTÓRIA VIVA

Uma publicação relativamente recente, a revista 'História Viva' traz excelentes matérias e reportagens sobre a história mundial, com sérios projetos de pesquisa e ouvindo professores universitários e autoridades sobre o tema em questão.

É uma publicação da Ediouro, Segmento-Dueto Editorial e pode ser encontrada nas bancas.



VÍDEO A REVOLUÇÃO NÃO SERÁ TELEVISIONADA.

Dois jornalistas da BBC foram à Venezuela para fazer um documentário sobre Hugo Chávez. Chegaram a Caracas nos dias em que se concretizou o golpe de estado que afastou o presidente daquele país por cerca de quarenta e oito horas do poder. Os jornalistas assistiram aos acontecimentos de dentro do palácio

presidencial e conseguiram documentar o desenrolar do golpe, orquestrado pelo governo americano e pela direita venezuelana – especialmente a mídia daquele país. Esse vídeo é muito bom para debater com os alunos o papel dos meios de comunicação na sociedade atual e excelente a reflexão sobre a crise política brasileira.

O documentário foi apresentado diversas vezes na TV Câmara e na TV Comunitária da NET.

Mantida aposentadoria especial dos professores



FOTO: ANTONIO CRUZ/ABR

Os senadores, Tião Viana, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Rodolpho Tourinho, conversam durante a votação da PEC da Previdência no plenário do Senado

Muita gente tem perguntado se a PEC Paralela, aprovada conclusivamente pelo Senado Federal, eliminou a aposentadoria especial dos professores. A resposta é não. Os professores e professoras da educação infantil e do ensino fundamental e médio continuam podendo se aposentar com cinco anos a menos, tanto na idade quanto no tempo de contribuição, nos exatos termos da Emenda Constitucional nº 20. O que houve, na votação no Senado da PEC Paralela, foi a supressão do parágrafo que estendia a esses profissionais a regra de transição.

Segundo parecer elaborado pelo consultor legislativo do Senado Federal, Gilberto Guerzoni Filho, os professores têm direito à regra de transição, ainda que isto não esteja expresso na PEC Paralela.

Segundo ele, isso está garantido porque em todos os seus dispositivos, ambas as Reformas da Previdência prevêem que, quando se tratar da aposentadoria de professor na educação infantil e no ensino fundamental e médio, os requisitos de idade e tempo de contribuição neles especificados são reduzidos em cinco anos.

Em seu parecer ele diz literalmente: "Trata-se, aqui, do reconhecimento da necessidade da aplicação à matéria do princípio da igualdade, cláusula pétreia da nossa Carta Magna, o primeiro de seus princípios, que condiciona e conduz os demais. E, já é lugar comum lembrar que estamos cumprindo esse princípio fundamental não apenas quando tratamos os iguais igualmente como quando tratamos os desiguais desigualmente.

Ora, se a Constituição afirma que os professores são diferentes no tocante à sua aposentadoria, estaríamos descumprindo o princípio da igualdade se os tratássemos de forma idêntica aos demais trabalhadores nas regras de transição, uma vez que isso se traduziria em tratar desiguais igualmente.

Assim, entender que o art. 3º da "PEC Paralela" não incluiu, implicitamente, tratamento diferenciado aos professores discriminados no texto permanente da Constituição poderia significar atentado à interpretação sistemática da nossa Carta Magna.

Ou seja, nessa linha, impor-se-ia dar ao dispositivo interpretação conforme a Constituição, estendendo-o aos professores na proporção adequada ao tratamento que a Lei Maior lhes dá. Essa interpretação pode

ser feita tanto administrativa quanto judicialmente, cabendo, com certeza, ao Supremo Tribunal Federal, no limite, estancar todas as dúvidas sobre a matéria, cabendo registrar que aquela alta Corte tem, reiteradamente, firmado o entendimento do primado do princípio da igualdade.

Do exposto, concluímos que, ainda que isso não conste expressamente do dispositivo, é possível, numa visão sistemática da Constituição, construir a interpretação de que os professores da educação infantil e do ensino fundamental e médio têm direito a tratamento diferenciado na regra de transição constante do art. 3º da "PEC Paralela" da Reforma da Previdência, na mesma proporção do tratamento que lhes é atribuído pelo § 5º do art. 40 do corpo permanente da Carta Magna."

Entenda melhor

O Congresso concluiu no último dia 30 de junho, depois de um ano e meio de discussões, o processo de aprovação da principal parte da proposta de emenda constitucional que tornou politicamente viável a reforma previdenciária de 2003, promovida pela Emenda Constitucional 41. Fruto de desdobramento da que deu origem à emenda, a PEC paralela da Previdência, que ameniza os efeitos da reforma, foi aprovada, em dois turnos, pelo Senado. A matéria, que nasceu no próprio Senado, já tinha sido votada pela Câmara dos Deputados. Só uma parte do que foi aprovado pelos senadores, no entanto, vai à promulgação. É que, diante das divergências entre Senado e Câmara, para não atrasar a implementação da parte consensual e "coração" da proposta, a PEC foi novamente desdobrada, dando origem a uma terceira.

Antes de ser remetida aos deputados, essa nova proposta de emenda constitucional terá que tramitar normalmente no Senado. A Emenda 41 tornou mais rígidas as regras de concessão de aposentadoria no setor público. Limitou ao mesmo teto da Previdência Social (cerca de R\$ 2,5 mil) a aposentadoria bancada pelo governo a novos servidores, que terão um regime de previdência privada complementar.

Quem já estava no serviço público e ainda não tinha se aposentado ficou sujeito a regras de transição e perdeu o direito a ter sua futura aposentadoria reajustada junto com os salários do pessoal da ativa. A aprovação da PEC paralela restabelece esse direito. Embora represente uma flexibilização das mudanças introduzidas em 2003, em comparação com o que saiu da Câmara dos Deputados,

o texto aprovado ontem é menos generoso com algumas categorias de servidores. O resultado da votação foi uma vitória dos governadores, que temiam que a versão da Câmara aumentasse os gastos com pessoal nos Estados, levando-os a descumprir os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na parte desdobrada da PEC, o relator, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), retirou os delegados de polícia e os fiscais tributários da lista de servidores que ficarão sujeitos ao sub-teto salarial do Poder Judiciário dos Estados, que tenderá a ser mais altos que os aplicáveis ao Poder Executivo. Chegaram a ser apresentados, em plenário, três destaques para resgatar e/ou ampliar os benefícios que havia sido dados pelo texto da Câmara e tirados pelo relatório de Tourinho. Por falta de votos suficientes, no entanto, todos foram rejeitados. Eram necessários três quintos (49 votos), o que não foi conseguido pelos senadores que os apresentaram: Hélio Costa (PMDB-MG), Heloísa Helena (P-Sol-AL) e Romeu Tuma (PFL-SP).

Independente das divergências sobre o que foi desdobrado em outra PEC e da derrota sofrida pelos senadores que queriam aprovação dos destaques, houve unanimidade na aprovação do texto base proposto por Tourinho, para que não fosse prejudicada a promulgação da parte consensual.

O apelo dos governadores também funcionou para suprimir a parte do texto que criava um piso para seus salários, que serviria de sub-teto nos executivos estaduais. Eles querem ter liberdade de reduzi-los na esperança de que isso ajude a conter demandas do funcionalismo por reajustes.

PEC Paralela é aprovada por unanimidade

(Publicado pelo Valor Econômico de 01/07/2005)

O Senado Federal acaba de aprovar, por unanimidade, a PEC 77-A, conhecida por PEC Paralela da Reforma da Previdência. "Aqueles que duvidaram da aprovação terão de nos engolir! O acordo, enfim, foi cumprido". A frase proferida pelo senador Paulo Paim resume a batalha que foi travada em torno da PEC Paralela. Em pouco mais de um ano e meio, as discussões em torno da matéria envolveram senadores, deputados, entidades dos servidores públicos e sociedade.

Um período que pôs à prova a honra dos poderes constituídos e de seus integrantes. Pôs à prova o cumprimento dos acordos. "Recebemos em nosso gabinete uma série de mensagens e de telefonemas que mostravam a descrença de nosso povo, de nossos servidores", diz Paim. O parlamentar declara estar feliz por ver que o acordo firmado entre Executivo

e Legislativo foi cumprido: "Isso prova que a palavra ainda é valorizada". Criada para amenizar os efeitos da Reforma da Previdência (EC 41/03), a PEC Paralela vai garantir os seguintes pontos:

- **Integralidade** - Garante aposentadoria integral e paridade plena ao servidor que, tendo ingressado no serviço público até 31/12/03, preencher os requisitos do art. 6º da Emenda Constitucional 41: 35 de contribuições, no caso dos homens, e 30 anos para as mulheres; 60 ou 55 de idade, para homens e mulheres, respectivamente; 20 anos de serviço público, sendo dez na carreira e cinco no cargo. A EC 41, na verdade, já assegurava a integralidade, mas não garantia a paridade. Esta só vai ser assegurada com a PEC Paralela, que revoga o Parágrafo Único do art. 6º da Emenda Constitucional 41.
- **Paridade plena** - Assegura paridade plena a to-

dos os servidores que, tendo ingressado no serviço público até 31/12/03, preencherem todas as exigências para aposentadoria integral, citadas acima. Estende a paridade plena do art. 7º da E.C. 41 aos servidores que se aposentarem com base no art. 6º da própria E.C. 41.

- **Paridade das pensões** - Fica assegurada a aplicação da regra de paridade plena, constante do art. 7º da E.C. 41, de 2003, às revisões de pensões derivadas de proventos de servidores falecidos cujas aposentadorias tenham sido concedidas com base na regra de transição. O relator propõe correção numa nova PEC que será enviada à Câmara, para garantir paridade plena aos pensionistas de servidor que tenha se aposentado com base no art. 6º da E.C. 41.

- **Regra de transição geral** - Possibilita ao servidor que ingressou no serviço público até 16/12/98 se

aposentar integralmente e com paridade plena antes da idade mínima exigida na EC 41. Isso desde que tenha pelo menos 25 anos de serviço público, 15 na carreira, cinco no cargo e comprove tempo de contribuição acima do exigido, no caso de 30 anos para a mulher e de 35 para o homem. Para cada ano que o servidor exceder no tempo de contribuição, ele poderá reduzir ou abater um ano na idade mínima. É a conhecida regra 95 para os homens ou fórmula 85 para as mulheres, que poderá ser alcançada com a soma da idade com o tempo de contribuição.

- **Teto nacional** - O teto nacional de remuneração e proventos no serviço público, que exclui apenas as parcelas indenizatórias previstas em lei, será equivalente ao subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal, correspondente, em valores de dezembro de 2004, a R\$ 19.170,00, po-

dendo chegar a R\$ 21.500,00 em 2005 e R\$ 24.500,00 em 2006, se aprovado o projeto do Supremo Tribunal Federal que define o novo teto nacional.

- **Aposentadorias Especiais** - Assegura aposentadoria especial, nos termos de lei complementar, para os portadores de deficiência, para os servidores que exercem atividade de risco e para os servidores cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem à saúde ou à integridade física.
- **Contribuição da Empresa para o INSS** - Modifica o Parágrafo 9º do artigo 195 da Constituição Federal para permitir que a contribuição do empregador para a Previdência Social (INSS) possa ter base de cálculo e alíquota diferenciada em razão não apenas da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra, mas também do porte da empresa

ou da condição estrutural do mercado de trabalho.

- **Inclusão Previdenciária** - Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas e carências inferiores às vigentes para os segurados em geral, destinado a atender trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico, garantido-lhes o acesso a benefício de valor igual a um salário mínimo.
- **Vigência da PEC Paralela** - Estabelece que os efeitos da PEC Paralela, cuja vigência se inicia com a publicação do texto promulgado, serão retroativos a 31 de dezembro de 2003. Essa retroação é produto de emenda dos deputados Carlos Mota e Drº Clair, aprovada na Câmara e mantida, com emenda de redação, no texto do relatório do Senado".

Entrevista

Supremo é quem toma as decisões jurídicas de caráter político

Franklin Rodrigues da Costa é Procurador Regional da República e Procurador Eleitoral do Distrito Federal. Formado em jornalismo, concluiu o curso de Direito na UnB em 1985.

*Teve atuação destacada quando do acidente com Césio 137 em Goiânia, com a primeira ação em nível nacional contra o governo Collor por corrupção, contra a privatização da Telebrás por causa de irregularidades e em 2002, quando investigou denúncias de abuso do poder econômico do candidato Joaquim Roriz, que levaram ao pedido de não diplomação e cassação do mandato. Nesta entrevista ao **Quadro Negro** explica o funcionamento do Supremo Tribunal Federal e aponta saídas para acabar com a corrupção*



Quadro Negro - A decisão de dar foro especial ao presidente do Banco Central Henrique Meirelles foi muito criticada. O que você acha disso?

Franklin Rodrigues da Costa - No mercado financeiro internacional o presidente do Banco Central está fora da vara de juiz de primeiro grau, porque eles são mais afoitos, são mais duros com relação a essas coisas. Aqui no Brasil, com essa decisão, o risco Brasil fica menor, o país pagaria menos juros. A decisão é de interesse públi-

co. Por isso o Supremo Tribunal Federal (STF) adotou essa decisão, não porque é indigno ou parcial, mas porque é uma decisão que tem uma carga política muito grande, é função de um tribunal que está na cúpula do poder. Ai existe uma espécie de simbiose jurídica e política das decisões do Supremo, por estar na cúpula.

Quadro Negro - Então nem todas as decisões do Supremo têm caráter meramente jurídico?

Franklin - A justiça deveria decidir de acordo com

a lei. Agora, a diferença é que o Supremo interpreta a lei e interpreta a Constituição. A função dele é interpretar as leis de acordo com o que diz a Constituição. Um caso recente é da lei que permitia aos filhos e dependentes de militares serem transferidos para universidades públicas, mesmo estudando em universidades particulares, quando seus pais fossem transferidos. Essa questão chegou ao STF e teve que ser interpretada de acordo com a Constituição. Ora, ela viola o princípio da igualdade. Então temos que dar à lei uma interpretação que assegure não ter distinção por gênero: pública para pública, particular para particular.

Quadro Negro - Essas interpretações não dependem de pessoa para pessoa, da formação de cada um, o que pode gerar distorções?

Franklin - Quem escolhe os membros do STF é o Executivo e depois submete ao Senado. Nunca houve nenhuma rejeição. Agora, é importante frisar que existem várias representatividades no STF. Temos juízes que são nomeados ministros, temos dois

procuradores que foram nomeados. Temos uma mulher, a primeira, que foi do Ministério Público depois do Judiciário. Evidentemente cada um com sua ideologia política. São representantes de vários segmentos que ascenderam.

Quadro Negro - A Constituição prevê uma auditoria da dívida externa do Brasil. A quem caberia cobrar do Executivo essa auditoria?

Franklin - O Ministério Público (MP) seria um dos legitimados a fazer, como guardião da Constituição. Assim como o fez na demarcação das terras indígenas, pois a Constituição estipulou o prazo de cinco anos e não houve a demarcação. Houve a abertura do inquérito e várias ações do MP. É preciso entender que o MP é um grande escritório de advocacia da sociedade.

Quadro Negro - Você acredita então que existe na sociedade essa noção de cidadania? De garantir seus direitos?

Franklin - Nós ainda

não temos ainda essa questão dos valores, da ética. O exemplo mais claro é a eleição de políticos, que embora acusados e denunciados pela imprensa, inclusive com ordem de prisão, são eleitos para ocupar cargos públicos. Posso citar o Pedro Passos, o Mânica, de Unai, que foi eleito preso. Em qualquer país civilizado do mundo um candidato numa situação dessas seria denunciado imediatamente. Nós estamos perdendo a noção de ética, de valores humanos como justiça, solidariedade, dignidade e lealdade.

Quadro Negro - E qual seria a solução na sua opinião?

Franklin - Eu sempre aponto a educação. No ano 2000 havia um projeto que obrigava todas as escolas de segundo grau a terem aulas de filosofia, já que os professores em geral não ensinavam a pensar, conhecer, fazer distinções de valores, de ética, de justiça. O cidadão quando vota o faz pensando em seu interesse próprio, pessoal. Então nós

temos que ensinar primeiro os que são esses valores, para poder depois cobrar. A Câmara, na minha visão, reflete a nossa concepção. Então a culpa não é apenas dos políticos, mas também é nossa, que não temos uma estrutura de valores, moral, de cidadania.

Quadro Negro - E há perspectiva de mudança dessa situação?

Franklin - Eu vejo dois aspectos: o primeiro que é a simbiose entre público e privado. O Pero Vaz de Caminha na carta de descoberta do Brasil escreveu pedindo emprego. Ele estava em uma função pública, mas tinha interesse particular. Isso vem de lá pra cá.

O segundo aspecto é que nós temos a noção do que é certo ou errado. O cidadão quando entra no serviço público sabe evidentemente o que é certo e o que é errado.

Nós estamos dentro um tema que é cultural, de deficiência educacional, de formação, que alimenta esse sistema. É uma responsabilidade do Estado dar formação, educação. Para isso é preciso investir na formação e treinamento de professores.

Dia a dia

5º Encontro Nacional do MOVA

Foi realizado em Luziânia (GO) no mês passado o 5º Encontro Nacional do Mova-Brasil, com o tema tecendo a "Educação Popular Libertadora: política pública e diversidade".

O MOVA-Brasil é o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos criado em 1989 em São Paulo e logo seguido por vários municípios país

afora, sempre com o princípio da educação popular libertadora.

Neste 5º Encontro Nacional foi discutida a consolidação do projeto em âmbito nacional, o fortalecimento dos princípios político-pedagógicos de Paulo Freire na formação dos educadores populares e a inclusão digital multimídia, além de diretrizes, gestão, parcerias e continuidade de programas.

PARTICULARES

dissídio será julgado

Não foi possível chegar a um entendimento com o Sindicato Patronal (Sinepe) na última reunião de conciliação, realizada no dia 8 de julho. Com isso, o dissídio coletivo dos professores das escolas particulares irá a julgamento. O TRT (Tribunal Regional do Trabalho) ainda não marcou a data.

O Sindicato dos Professores não aceitou a proposta do Sinepe de retirar a hora-atividade, uma das principais conquistas da convenção coletiva de 2004. Conquista essa aliás, que foi obtida na Justiça, em decisão histórica do próprio TRT. Esperamos que a data seja marcada o mais bre-

ve possível e que o pleno do tribunal mantenha a decisão anterior, porque esse benefício é mais do que justo.

Ensino superior

No caso do ensino superior, após quatro rodadas de negociações, o Sindicato dos Professores assinou a convenção coletiva com um reajuste de 6,61% correspondente ao INPC do período, mais 1,29% de gratificação por regência de classe. Inicialmente os donos de escola ofereceram apenas 5% de reposição, o que o Sinpro recusou, pois esse percentual não cobria a inflação do período. A reposição integral foi uma grande conquista da categoria. Foram mantidas as cláusulas sociais do acordo anterior.

Ano da Leitura terá ações no Brasil

Zerar o número de municípios brasileiros sem bibliotecas até 2006, aumentar em 50% o índice nacional de leitura até 2007, e possibilitar o acesso a livros aos 32 milhões de estudantes e oito milhões de professores da escola pública são algumas das metas do governo federal dentro do calendário do Ano Ibero-americano da Leitura, o Vivaleitura 2005, realizado em 21 países da Europa e das Américas.

O Ano Ibero-americano da Leitura foi instituído pela Cúpula dos Chefes de Estado dos Países Ibero-ame-

ricanos e é coordenado pela Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI, Centro Regional de Fomento ao Livro na América

Além do lançamento, ainda este ano, do primeiro Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL, o calendário brasileiro do Ano Ibero-americano da Leitura deve somar um total de 100 mil ações de estímulo à leitura, realizadas por governos, setor privado e organizações não-governamentais no decorrer do ano.

Tarso defende reestruturar conselhos de educação

O ex-ministro da Educação Tarso Genro, ainda à frente da pasta, defendeu o fortalecimento dos conselhos de educação locais para combater desvios de recursos no setor.

Segundo ele, a criação do novo fundo para a educação básica, Fundeb, torna necessária a reestruturação dos conselhos ainda mais urgente.

"Alguns conselhos ainda são instrumentos de encobrimento de corrup-

ção. Todos os outros órgãos de controle serão pequenos se não houver mobilização da sociedade civil para estruturar esses conselhos", avaliou Genro.

Para ele, as atividades dos conselhos de educação não devem ser restringir ao controle dos recursos. Para isso a própria comunidade deve se mobilizar, tornando a democracia menos representativa e mais participativa.



O diretor do Sinpro Rodrigo Pereira de Paula fala em cima de um trio elétrico na porta da Faculdade Caçara, que ficou quatro meses sem pagar os professores, que entraram em greve. O sindicato também denunciou o caso ao Ministério Público, à Delegacia Regional do Trabalho e pediu a intervenção do MEC na faculdade.

Mil sindicalistas entregam carta de apoio a Lula



O presidente Lula discursou para os cerca de mil sindicalistas presentes no Planalto, reafirmando a disposição do governo de continuar a mudar o Brasil

Cerca de mil representantes de movimentos sindicais manifestaram no último dia 11 de julho solidariedade ao presidente Lula e ao seu governo. Durante encontro de uma hora no Palácio do Planalto entregaram a Lula uma carta em que afirmam que alguns setores "vêm se aproveitando de denúncias contra membros do governo e seu partido" para desestabilizar o atual governo.

No encontro, o presidente em exercício da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Wagner Gomes, disse que Lula pode contar com os sindicalistas para "fazer as reformas e as mudanças necessárias para

tirar o país desse atoleiro que herdou". Gomes, em seu discurso, também deixou um recado: "Não se aventurem em tentar mexer e desestabilizar o governo Lula, porque os trabalhadores, o movimento sindical, os estudantes e os movimentos sociais vão reagir. O movimento sindical está aqui para reivindicar, mas também para dar apoio a este governo".

O presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Antonio Neto, também manifestou apoio ao presidente Lula. Ele afirmou que os sindicalistas reunidos naquela tarde no Planalto tinham um propósito: "Manifestar apoio no com-

bate à corrupção e no enfrentamento dessa elite raivosa, para que a gente possa dar o Brasil aos brasileiros".

O presidente da Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo, Paulo Lucânia, que também participou do encontro, destacou que Lula "é o único que pode salvar a situação desse povo tão sofrido, o povo brasileiro". Na carta entregue ao presidente, os sindicalistas também cobram mudanças na política econômica, como redução da taxa básica de juros; reforma política e eleitoral democrática; salário mínimo digno; redução da jornada de trabalho sem

reforma sindical democrática.

Estavam presentes sindicalistas vinculados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), à Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e à Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), inclusive diretores do Sinpro.

O discurso do presidente em exercício da CUT foi interrompido por palavras de ordem da platéia: "um, dois, três é Lula outra vez" e "trabalhador unido jamais será vencido".

Apesar do boicote da Força Sindical ao ato, sindicalistas vinculados à central foram ao Planalto.

Com informações da Agência Brasil.

Diga não às armas

Professores também podem colaborar promovendo debates nas escolas



Os presidentes da Câmara e do Senado, Severino Cavalcanti e Renan Calheiros (ao centro), promulgaram o decreto que autoriza a realização de referendo popular sobre a proibição da comercialização de armas e munições no país

Foi promulgado no dia 7 de julho o primeiro referendo da história do Brasil. No dia 23 de outubro a população brasileira será chamada para dizer se quer ou não a comercialização de armas no país. O decreto legislativo nº 1.274/04 foi assinado pelos presidentes da Câmara, deputado Severino Cavalcanti (PP-PE), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara e o Fórum Nacional de Entidades de Direitos Humanos estão se organizando para a campanha de desarmamento. O texto do referendo diz: "um, dois, três é Lula outra vez" e "trabalhador unido jamais será vencido".

Apesar do boicote da Força Sindical ao ato, sindicalistas vinculados à central foram ao Planalto. Na opinião do deputado Antônio Carlos Biscaia (PT-RJ) o referendo é uma prática que deveria ser muito mais intensa no país. "É desnecessário insistirmos no que representa a violência e a criminalidade no Brasil de hoje. O meu estado do Rio de Janeiro, nos três últimos anos, teve mais de cinco mil homicídios dolosos, a maioria deles praticados com armas de fogo. Dirão alguns: será que isso por si só resolverá o problema? Evidentemente que não. Mas é um passo importantíssimo essa manifestação da sociedade contrária à venda de armas e munições", entende o parlamentar.

Para a presidente da comissão, deputada Iriny Lopes (PT-ES), o momento é de engajamento e de união de forças entre o poder público e os movimentos sociais na campanha pela proibição de venda de armas no país. "Nossa luta será muito grande, pois existem interesses econômicos de grandes empresas, fabricantes e representantes de armas e munição, que querem a continuidade da venda indiscriminada de armas no Brasil", destacou.

O texto sobre o referendo manteve a pergunta aprovada pelo Senado: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?" O relator do Estatuto do Desarmamento na Comissão de Consti-

tuição e Justiça, deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), comemorou a promulgação: "É a primeira vez, depois da Constituição de 1988, que se dá ao povo brasileiro o direito de decidir. Quando começamos a campanha do desarmamento, não achávamos que poderíamos arrecadar 80 mil armas. No mês passado, 385 mil armas foram entregues. E de nada adianta fazer um esforço brutal para arrecadar armas em campanhas de desarmamento, se continuar o comércio de armas de fogo. Vamos ao referendo e que o povo possa decidir", afirmou ele. Segundo ele, o Estatuto do Desarmamento do Brasil - que definiu pelo referendo - foi recomendado pela ONU (Organização das Nações Unidas) para o Paraguai, Uruguai, Chile e Peru.

A propaganda gratuita do referendo sobre o comércio de armas começa a ser veiculada no rádio e na televisão no dia 23 de setembro. A partir de 1º de agosto haverá uma campanha institucional para informar o eleitor.

11 de agosto Coleta de assinaturas para conversão da dívida

A CNTE fará do Dia do Estudante, 11 de agosto, um marco da campanha pela conversão da dívida externa em recursos para a educação. Nesse dia, será realizado o Dia Nacional de Coleta de Assinaturas em favor da proposta.

A iniciativa envolverá entidades afiliadas, União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubess), além do Comitê Social pela Conversão da Dívida e seus participantes. O objetivo é comemorar o Sete de Setembro com um milhão de assinaturas.

"Nosso objetivo é dar respaldo popular a uma proposta que sabemos ser do mais alto interesse da população e do país. Educação é um di-

reito humano, social, público e um dever do estado. Por isso precisa estar no topo da lista de prioridades de qualquer governo e requer financiamento, sem o que não é possível oferecer uma escola pública gratuita e de qualidade a todos em todas as etapas do aprendizado", diz a presidente da CNTE, Juçara Dutra Vieira.

A articulação pela conversão da dívida externa em recursos para a Educação começou durante o 29º Congresso Nacional dos trabalhadores em Educação, realizado em Brasília, de 12 a 15 de janeiro. Cerca de dois mil delegados dos 35 sindicatos filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE - www.cnte.org.br) se reuniram para eleger a nova diretoria, que reconduziu Juçara Dutra Vieira à Presidência da CNTE, e estabelecer as bases políticas da atuação da Confederação.



No dia 14 de janeiro um ato público na Praça dos Três Poderes deu início à

campanha nacional de mobilização da sociedade a fim de pressionar o governo a passar a destinar à Educação o dinheiro que hoje é usado no pagamento da dívida, sem prejuízo do que já é constitucionalmente destinado ao setor.

Assista às quartas e sextas, a partir das 13h, o Sinpro e os professores na televisão, no Programa Brasília Urgente, no canal 6, TV Brasília.

Entidades divulgam carta ao povo brasileiro

Diversas entidades que integram a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), entre elas a CUT, a UNE, o MST, a CNTE e a CNBB divulgaram carta ao povo brasileiro, em que sugerem uma série de mudanças na condução do governo Lula, e chamam a atenção para a tentativa das elites de desmoralizar o governo e o Presidente, para enfraquecê-lo ou obrigá-lo a aprofundar as reformas neoliberais. Mas como sempre a imprensa não publicou uma linha... Reproduzimos abaixo a íntegra da carta

A sociedade brasileira mudou e, na Constituinte de 1988, decidiu por mudanças. Constituiu novos poderes e elegeu novos governantes, para promover processos de transformação social. Criou novas estruturas, combateu velhas instituições e gerou novos mecanismos para fazer valer os direitos de todas e cada uma das pessoas a uma vida digna.

Com a força desta história recente, mas vigorosa, de fortalecimento e radicalização da democracia em nosso país que nós, representantes das organizações populares, das organizações governamentais, do movimento sindical, dos movimentos sociais e pessoais, convocamos toda a sociedade brasileira, cada cidadão e cada cidadã, para uma grande e contínua mobilização que torne possível enfrentar a crise política e fazer prevalecer os princípios democráticos.

Nas últimas eleições, com a esperança de realizar mudanças na política neoliberal que vinha sendo praticada desde 1990, o povo brasileiro elegeu o Presidente Lula. Até este momento, avaliamos que pouca coisa mudou e presenciávamos um mandato cheio de contradições. De um lado, o governo seguiu com uma política econômica neoliberal, resultado de suas alianças conservadoras. De outro, adotou um discurso da prioridade social e uma política externa soberana e de aliança com as nações em desenvolvimento. A eleição do Lula reacendeu as esperanças na América Latina, e influiu de forma positiva em alguns conflitos políticos na região. De olho nas eleições de

2006, as elites iniciaram, através dos meios de comunicação uma campanha para desmoralizar o governo e o Presidente Lula, visando enfraquecê-lo, para derrubá-lo ou obrigá-lo a aprofundar a atual política econômica e as reformas neoliberais, atendendo aos interesses do capital internacional.

Preocupados com o processo democrático e também com as denúncias de corrupção que deixaram o povo perplexo, vimos à público dizer que somos contra qualquer tentativa de desestabilização do governo legitimamente eleito, patrocinada pelos setores conservadores e antidemocráticos.

Exigimos completa e rigorosa investigação das denúncias de corrupção, feitas ao Congresso Nacional e à imprensa, e punição dos responsáveis. Sabemos que a corrupção tem sido, lamentavelmente, o método tradicional usado pelas elites para governarem o país. Exigimos também a investigação das denúncias de corrupção, por ocasião da votação da emenda constitucional que aprovou a reeleição e dos processos de privatização das estatais ocorridas no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Trata-se portanto, de fundamentar a vida política em princípios éticos como a separação entre interesses privados e interesses públicos, de transparência nos processos decisórios e a promoção da justiça social.

Diante da atual crise, o governo Lula terá a opção de retomar o projeto pelo qual foi eleito, e que mobilizou a esperança de milhões de brasileiros e brasileiras.

Projeto este que tem como base a transformação da sociedade e do Estado brasileiros, uma sociedade dividida entre os que tudo podem e tudo têm e aqueles que nada podem e nada têm.

Por isso, vimos a público defender, e propor ao governo Lula, ao Congresso Nacional e a sociedade civil, as seguintes medidas:

1 - Realizar e apoiar uma ampla investigação de todas as denúncias de corrupção que estão sendo analisadas no Congresso Nacional e punir os responsáveis

2 - Excluir do governo federal setores conservadores que querem apenas manter privilégios, afastar autoridades sobre as quais paira qualquer suspeição e recompor sua base de apoio, reconstruindo uma nova maioria política e social em torno de uma plataforma anti-neoliberal.

3 - Realizar mudanças na política econômica no sentido de priorizar as necessidades do povo e construir um novo modelo de desenvolvimento. As eleições não suportam mais tamanhas taxas de juros, as mais altas do mundo, sob o pretexto de combater a inflação. A sociedade não sustenta a manutenção de um superávit primário, que apenas engorda os bancos. Os recursos públicos têm de ser investidos, prioritariamente, na garantia dos direitos constitucionais, entre eles, emprego, salário-mínimo digno, saúde, educação, moradia, reforma agrária, meio ambiente, demarcação das terras indígenas e quilombolas.

4 - Realizar, a partir do debate com a sociedade, uma ampla reforma política

democrática. Uma reforma que fortaleça a democracia e dê ampla transparência ao funcionamento dos partidos políticos e aos processos decisórios. Por isso, somos favoráveis à fidelidade partidária, ao financiamento público exclusivo das campanhas, à exclusão das cláusulas de barreira, e à apresentação de candidaturas em listas fechadas com alternância de gênero e etnia, obedecendo critérios de representação política pluriétnica e multiracial. Queremos também a imediata regulamentação dos processos de democracia direta, que implica o exercício do poder popular mediante plebiscitos e referendos, conforme proposta apresentada pela CNBB e a OAB ao Congresso Nacional.

5 - Fortalecer os espaços de participação social na administração pública e criar novos espaços nas empresas estatais e de economia mista, viabilizando o controle social e real compartilhamento do poder.

6 - Fortalecer as iniciativas locais em favor da cidadania e da participação e da educação popular, como por exemplo os comitês pela ética na política, conselhos de controle social, escolas de formação política.

7 - Enfrentar o monopólio dos meios de comunicação, garantindo sua democratização, inclusive através do fortalecimento das redes públicas e comunitárias.

Neste momento de mobilização, conclamamos as forças democráticas e populares a se mobilizarem para realizar manifestações de rua e protestos, e trabalhar para promover as verdadeiras mudanças que o país e o povo precisa.

Deu no site



A partir desta edição do Quadro Negro publicamos a coluna 'Deu no Site', que traz as matérias de maior interesse para os professores divulgadas no site do Sinpro. A página do sindicato na internet sofreu uma completa reformulação, tanto do ponto de vista do layout quanto do seu conteúdo. Ainda encontra-se em fase experimental, mas já pode ser consultada, de maneira mais simples e com maior amplitude de matérias

GDF divulga lista de servidores com problemas no auxílio-transporte

A Secretaria de Gestão Administrativa do DF divulgou portaria no último dia 23 de junho informando que os servidores que não efetuaram a atualização cadastral para o auxílio-transporte e aqueles que tiveram as informações prestadas tidas como "não aceitas" pela secretaria terão o benefício cortado a partir de 1º de julho.

Segundo a portaria, a regularização para fins de retorno do recebimento do auxílio-transporte poderá ser feita pelo próprio servidor a qualquer tempo, junto

ao órgão onde fizer jus ao referido benefício. Explica ainda que essa regularização será entendida como "novo pedido de inclusão do auxílio-transporte, não originando direito aos valores retroativos referentes ao período de suspensão do pagamento do benefício em questão".

A lista dos servidores, por número de matrícula, que se encontram com o benefício suspenso pode ser encontrada no site do GDF: <http://www.distrifederal.df.gov.br/Diário Oficial do DF, seção II>.

Formação de professores

O Ministério da Educação lançou no dia 6 de julho o Programa de Formação Inicial de Professores em Exercício na Educação Infantil (Proinfantil), uma parceria entre a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e a Secretaria de Educação a Distância (Seed/MEC).

O programa visa a habilitação dos professores que atuam em creches e pré-escolas. Por meio do oferecimento do curso de magistério, em nível médio, na modalidade normal, o Proinfantil pretende proporcionar aos professores em atuação nas instituições

de educação infantil o domínio dos conteúdos do ensino médio e a formação pedagógica necessários para a melhoria da qualidade de sua prática profissional.

As atividades serão realizadas pela MEC, em parceria com estados e municípios, a partir deste mês (julho), no Ceará, em Goiás, Rondônia e Sergipe. O Ministério estuda parceria com os estados de Minas Gerais e Paraná. A meta inicial do programa é atender sete mil professores, com previsão de expansão nacional em janeiro do próximo ano.

Agenda

18 de julho – Escolas públicas: negociação com o GDF.

1,2 e 3 de agosto – VII ENEJA.

06 de agosto – Plenária dos professores para discutir o Projeto Habitacional.

07 de agosto – Seminário para Educadores, das 13h30 às 18h30, no Tempo Matriz Seicho-No-Ie, EQS 403/404 Asa Sul, telefone: 3325-2680.

Câmara aprova oferta obrigatória de língua espanhola no DF

A Câmara Legislativa aprovou projeto de Lei que torna obrigatória a inclusão da língua espanhola na grade curricular de língua estrangeira. A proposta vai a sanção do governador Joaquim Roriz.

Pela nova lei, a oferta de ensino de espanhol será implantada progressivamente a partir da 1ª série do ensino médio e, em seguida, a partir da 5ª série do ensino fundamental. A língua não será obrigatória, mas fará

parte das opções do aluno, que poderá escolher entre o inglês e o espanhol.

O ensino do espanhol no Brasil é tímido. Segundo levantamento realizado pelo Ministério da Educação em 2002, cerca de 840 unidades escolares no país oferecem a disciplina. No Distrito Federal, apenas oito estabelecimentos escolares – a maioria centros de língua – oferecem o espanhol a aproximadamente 4.400 alunos, com apenas 50 professores da língua.